

A MULHER BRASILEIRA NAS TRINCHEIRAS

CORDEIRO, JANAÍNA MARTINS. DIREITAS EM MOVIMENTO: A CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA E A DITADURA NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2009.

Por *Diego Omar da Silveira [i]*
Isabel Cristina Leite [ii]

No processo de permanente reconstrução da memória social sobre a ditadura civil-militar brasileira, prevaleceu, ao longo das últimas décadas, o mito de uma sociedade sempre resistente aos militares. Como considera Daniel Aarão Reis (2004), de sua parte, a academia tendeu também a privilegiar como objeto de estudos os grupos que resistiram à ditadura, “relegando ao silêncio as manifestações de apoio e consentimento de expressivas parcelas da sociedade”. Apenas recentemente a historiografia tem abordado, com o devido cuidado, os movimentos, instituições e manifestações que, respaldaram o regime, desconstruindo, na opinião de Denise Rollemberg (2010), “uma memória de resistência, não raramente mitificada”. Revisitar, assim, os processos que teriam nos levado a um “consenso democrático”, produtor de conciliação e esquecimento, é uma tarefa que se apresentaria como o principal desafio para um conjunto de historiadores e cientistas sociais empenhados em “tentar compreender o regime instaurado em 1964 como um processo de construção social”, do qual participam ativamente diversos atores sociais.

O livro *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, defendido originalmente por Janaina Martins Cordeiro como dissertação de mestrado e agraciado com o Prêmio Pronex/ UFF em 2009, compõe de forma exemplar esse amplo leque de estudos, voltados para uma releitura das relações entre o regime militar e a sociedade civil. Em sua análise, a autora aponta claramente para a função legitimadora que alguns setores da sociedade brasileira tiveram não apenas no momento do golpe, mas durante as mais de duas décadas que marcaram a implementação de um projeto de “modernização conservadora” que permitiu que os militares se mantivessem no poder. Embasado nas reflexões do alemão Andreas Huyssen e dos franceses Pierre Laborie e Henry Rousso, o estudo nos permite, de

muitas formas, ampliar a compreensão acerca do complexo “universo simbólico, cultural e também material dos grupos que apoiaram o golpe” e a ditadura civil-militar.

Muito embora se dedique especificamente a uma análise detalhada da atuação das mulheres católicas ligadas à Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) entre os anos de 1962 e 1974, em seu conjunto o texto aponta para a construção de um consenso em torno da ditadura que reuniu variados grupos ligados a uma leitura de mundo tradicionalista ou conservadora. Longe de serem representados como um todo unívoco, esses atores são retratados no livro em seu aspecto plural, transitando, assim, entre “o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação absoluta de impotência” frente ao regime. Para o caso específico das mulheres reunidas na CAMDE, o estudo capta com acuidade um intenso jogo entre memórias, esquecimentos e silenciamentos, que atravessam a trajetória das lideranças do movimento, desde os primeiros anos da ditadura – quando foram louvadas como a “principal liderança civil da Revolução” – até os dias atuais, quando suas antigas posturas parecem inconciliáveis com o consenso firmado em torno de uma sociedade civil resistente.

O primeiro capítulo do livro é todo voltado para traçar uma história do grupo estudado (a CAMDE), contextualizando-o frente a outros movimentos de mesmo tipo que, na opinião da autora, articulando setores da classe média em torno de um imaginário social marcadamente elitista e católico, produziram no início dos anos 1960 uma teia discursiva que projetava o surgimento das mulheres na “vida pública do país como mães, esposas e donas-de-casa preocupadas com a crescente infiltração comunista no país”. Mesmo sem discutir pontualmente a função do catolicismo na configuração do imaginário social do grupo, Janaina Cordeiro assinala a importância de se pensar as representações religiosas articuladas a outros elementos que compunham, naquele momento, uma cultura política conservadora, o que tornava também essas mulheres próximas da UDN e dos órgãos da grande imprensa que deram ampla cobertura às suas atividades. Desde o nascimento da entidade, noticiada no jornal O Globo, até as palestras proferidas enfaticamente por Carlos Lacerda para o grupo e estampadas nas páginas da Tribuna da Imprensa, as mulheres da CAMDE viram sua ação exaltada como modelo de luta em prol da democracia e contra a “desvirtuação do regime”, como

propunha Castello Branco, ao agradecer a “expressiva atitude da mulher brasileira” nos episódios que culminaram no golpe.

As ações da CAMDE teriam evoluído, para a autora, de um proselitismo antigetulista e antitrabalhista – que via no governo de João Goulart uma ameaça comunizante capaz de atingir instituições basilares da pátria como a família e a religião – para ações cada vez mais combativas no campo da política, muito embora a Campanha se declarasse apartidária. O tom militante era repercutido desde início pela manchete de um grande jornal carioca que colocava a mulher brasileira nas trincheiras, mas ganhava força também através das Campanhas do Rosário em Família, dos atos de Desagravo ao Rosário e das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que acabaram se tornando “as mais grandiosas manifestações de apoio à intervenção militar, particularmente na Guanabara”, por terem ocorrido após a queda de Jango. Na realidade, o evento convocado no Rio de Janeiro para “aprofundar o movimento em defesa da Constituição e da democracia iniciado em Belo Horizonte e em São Paulo”, acabou se tornando no dia 02 de abril de 1964, a Marcha da Vitória, na qual compareceram cerca de um milhão de pessoas para “comemorar a intervenção militar, salvadora da Pátria, da Família e da Religião”.

No pós-golpe as mulheres da CAMDE teriam se organizado em dois tipos básicos de ação: “primeiramente, colaborar para a institucionalização do regime” e em segundo lugar, manter uma estreita “posição de vigilância pela continuidade da ‘ação revolucionária’”. Através da divulgação de manifestos e até mesmo através de correspondências endereçadas ao presidente da república, as mulheres pediam de forma insistente e exaltada “a limpeza dos vestígios comunistas e trabalhistas existentes no país” e a “reconstrução do governo em bases fortes” com “punição intransigente dos inimigos” da “ação revolucionária”, exigindo inclusive a cassação dos “mandatos e dos direitos políticos de todos os parlamentares comunistas que conspiravam contra as liberdades democráticas” dos brasileiros. Com a consolidação do governo civil-militar, entretanto, o grupo passa a dedicar-se a ações menos envolvidas com a política de estado e mais voltada para ações caritativas e formativas nos meios populares. Um movimento que se reflete, inclusive, na memória do grupo, como um processo de despolitização de suas ações na medida em que a ditadura militar (concebida então como apenas militar) se efetiva. São criadas nesse período a Campanha em defesa da

Economia Popular, a Fundação Educativa e de Promoção à Comunidade e o Banco do Sapato, todos com o objetivo de “instruir a população” de áreas pobres, como a Rocinha, por exemplo, além de ir “preparando o povo para as transformações que haveriam de ocorrer no país”.

Reproduzindo a referência da revista Seleções(Reader’s Digest) às mulheres da CAMDE –femininas e formidáveis– o segundo capítulo busca traçar ao mesmo tempo uma leitura acerca das concepções de democracia que orientaram as ações do grupo e uma análise da articulação, sempre conflituosa, entre o público e o privado na militância dessas mulheres. De acordo com a autora, situadas em um contexto de Guerra Fria e de intensa polarização ideológica, as mulheres da Campanha constroem uma visão de democracia menos voltada para a igualdade ou liberdade e mais orientada para a uma contraposição ao comunismo. Com a afirmação da democracia, as mulheres não desejavam, assim, promover “a participação popular em contraposição ao autoritarismo” dos países socialistas, mas sim opor a ordem à “ameaça revolucionária” da esquerda. Por outro lado, a atuação das mulheres na esfera pública se dá através da valorização de uma identidade de gênero que restringe o feminino à vida privada e ao âmbito da família. Mas o que, a princípio, pode parecer contraditório, consiste exatamente em um reforço ao argumento central da CAMDE. Ou seja, é exatamente o status de mãe, esposa e dona-de-casa que torna essas mulheres aptas a se posicionarem na defesa da Família, da Religião e da Pátria. Ao lado de seus maridos, que estavam, em geral, ligados a grupos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), elas desenvolvem uma defesa intransigente do futuro de seus lares e de seus filhos, reforçando a ideia de família patriarcal. Articuladas em torno da ideia de crise moral, essas mulheres assumiram o embate com várias questões de seu tempo que apontavam para uma “crise do mundo capitalista”, manifestando especial aversão à “modernização acelerada e à ameaça comunista que, então, rondava o Ocidente”.

Transitando pelas discussões acerca da categoria de gênero, Janaina Cordeiro chama a atenção ainda para “o peso do discurso feminino conservador na constituição das relações de gênero no Brasil”, em contraposição, muitas vezes, aos debates travados nos círculos feministas. Quando não esquecidas pela historiografia, organizações como a CAMDE foram tratadas como meras extensões de grupos políticos masculinos que teriam instrumentalizado mulheres “ignorantes e alheias aos assuntos políticos”. Porém

a análise de uma memória construída pelas próprias integrantes da Campanha revela, para a autora, um processo de envolvimento crescente das mulheres no desejo de salvaguardar o país contra o “perigo vermelho”, trabalhando em várias frentes, o que incluía desde o trabalho em comunidades carentes até uma intensa atuação junto à opinião pública e aos setores de classe média.

O terceiro e último capítulo analisa o percurso das memórias em torno da CAMDE, buscando captar os processos de esquecimento e silenciamento dessas mulheres “diante de uma sociedade que preferiu negar qualquer tipo de relação de apoio ou simpatia pelo regime”. No esforço da pesquisadora em recuperar a memória e a história do grupo, são relatadas desde as dificuldades para localizar as militantes, muitos anos depois, até os problemas que as poucas mulheres que se dispuseram a narrar encontram para reconstruir sua trajetória no interior do grupo. Articulado o conceito de “memória dividida”, utilizado por Alessandro Portelli e o par “silêncio da memória” e “memória do silêncio”, trabalhado por Laborie, a autora analisa uma série de entrevistas (sempre cruzadas com a documentação produzida pela própria Campanha) para diagnosticar o quanto é difícil para esse grupo de senhoras que pertenceu à CAMDE narrar suas experiências. Oscilando entre o orgulho de ter “ajudado a salvar o Brasil” e a consciência contemporânea de que a sociedade rejeita, em larga medida, tanto o golpe quanto o regime, essas mulheres parecem refletir, de alguma forma, a consciência de que “a linguagem que definia os comportamentos do passado tornou-se impossível de se traduzir atualmente”, criando assim um passado difícil de lembrar ou do qual não se quer lembrar. Daí, por exemplo, que de 17 mulheres consultadas apenas 4 tenham aceitado falar, algumas se negando a narrar episódios que, segundo elas, “já haviam acontecido há bastante tempo”.

Rejeitando firmemente a hipótese, algumas vezes consagrada na historiografia, de que as mulheres pertencentes às elites que entraram na vida pública o fizeram porque manipuladas por figuras masculinas, o trabalho de Janaina Cordeiro abre um novo espaço de interpretação, para que se possa “entender a participação política destas mulheres como uma opção consciente de militância conservadora em defesa dos valores e instituições a partir dos quais suas vidas eram organizadas”. Além disso, utilizando autores ainda pouco discutidos no Brasil, abre caminhos para se reler de forma consistente e criativa a atuação da sociedade civil na legitimação do golpe e do regime

militar, demonstrando, como propões Laborie, “que práticas denunciadas hoje como intoleráveis foram, há algum tempo, senão aprovadas ao menos consideradas como da ordem de necessidades históricas”, muitas vezes porque “repousam sobre códigos culturais especificamente datados e cuja combinação foi perdida”.

Referências:

AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004.

HUYSSSEN, Andréas. “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sonia Virginia. **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. “As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”, In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Notas

[i] Doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. diegomarhistoria@yahoo.com.br

[ii] Doutoranda em História na linha Sociedade e Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ic.leite@yahoo.com.br